



**PAUTA
PARA A 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 08 DE MARÇO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 74, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia da Cruzada Palavra de Vida".

2 - Projeto de lei nº 75, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia do CORAFESP" - Congresso de Oração e Ação Feminino do Estado de São Paulo.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 69, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dá a denominação de "Maria Heleny Fabbri de Araújo" à rotatória localizada no km 490 + 500 m da Rodovia Cezario José de Castilho SP - 321, em Catanduva.

2 - Projeto de lei nº 70, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Nova Europa como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 71, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rio Grande da Serra como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 72, de 2017, de autoria do deputado Estevam Galvão. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa das Nações de Suzano".

5 - Projeto de lei nº 73, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre a Política Estadual do uso do combustível Etanol nos veículos automotores da Administração Pública do Estado, a vigorar para as próximas Licitações Públicas de compra de frotas e disciplinar o uso do combustível.

6 - Moção nº 8, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional a fim de que rejeitem a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que trata da Reforma da Previdência Social.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 66, de 2017, de autoria do deputado Marcos Damasio. Classifica Mogi das Cruzes como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 67, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Arandu como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 68, de 2017, de autoria do deputado Márcio Camargo. Dá a denominação de "Jornalista Hamilton Galhano" à ponte localizada no km 216 + 510 m da Rodovia SP-052, em Cruzeiro.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 58, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Dispõe sobre a classificação das unidades usuárias do serviço público de água quando uma mesma ligação for utilizada para mais de uma atividade.

2 - Projeto de lei nº 59, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Proíbe propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas no Estado.

3 - Projeto de lei nº 60, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Festival Master Crews-Breaking e Danças Urbanas".

4 - Projeto de lei nº 61, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Obriga as pizzarias, restaurantes, lanchonetes, produtores de pizzas e afins, a cobrar pelo valor da média aritmética dos sabores das pizzas mistas produzidas.

5 - Projeto de lei nº 62, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Cosmópolis como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 63, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Domingos Tobias Vieira" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 5 + 400m da Rodovia Maurílio Biagi - SPA 343/322, em Sertãozinho.

7 - Projeto de lei nº 64, de 2017, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Professora Maria Luisa Marques Brandão" à Escola Estadual Coronel Raul Humaitá Villa Nova, na Capital.

8 - Projeto de lei nº 65, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dá a denominação de "Dom Paulo Evaristo Arns" ao Hospital Regional de São José dos Campos.

9 - Moção nº 6, de 2017, de autoria da CPI Merenda. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine à Secretaria de Agricultura Familiar - SAF a elaboração de estudos e adoção de providências, no sentido de que sejam introduzidas modificações nas normas que dispõem sobre procedimentos específicos para a emissão, validação, cancelamento e exercício do controle social de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - DAP, com o intuito de aprimorar e fortalecer a fiscalização das DAPs emitidas.

10 - Moção nº 7, de 2017, de autoria da CPI Merenda. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Educação - FNDE a elaboração de estudos e adoção de providências, no sentido de que sejam introduzidas modificações nas normas que dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para aprimoramento e fortalecimento da fiscalização no processo de chamadas públicas de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.